



A ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E DEMOGRAFIA NO CONTEXTO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E DESAFIOS RECENTES

THE FIELD OF URBAN AND REGIONAL PLANNING AND DEMOGRAPHY IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN POSTGRADUATION: RECENT ADVANCES AND CHALLENGES

EL ÁREA DE PLANIFICACIÓN URBANA Y REGIONAL Y DEMOGRAFÍA EN EL CONTEXTO DE LA GRADUACIÓN DE POSGRADO BRASILEÑO: AVANCES Y DESAFÍOS RECIENTES

Christian Luiz da Silva¹
Eduardo Shimoda²
Fábio Barbosa Batista³
Roberto Luiz do Carmo⁴
Weimar Freire da Rocha Junior⁵

RESUMO

O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) cresceu significativamente desde o final da década de 1990. Dentre as diversas áreas que compõe SNPG, uma das que mais se expandiu foi a de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD). O objetivo desse artigo é analisar essa expansão, considerando a expansão do número de programas de pós-graduação, características do corpo docente e dos egressos, dentro do contexto geral da evolução do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os dados utilizados são públicos, oriundo da própria Capes, referentes a avaliações anteriores, contendo planilhas com indicadores médios das áreas de avaliação da CAPES. Para dar conta dessa tarefa foi empregado o método descritivo, com a utilização de dados quantitativos do processo de avaliação dos programas de pós-graduação realizado pela CAPES. Aborda-se com detalhamento o quadriênio 2013-2016. As principais conclusões apontam para o dilema enfrentado pelo SNPG, em termos da continuidade da expansão e da disparidade regional na localização dos programas. O contexto torna-se ainda mais desafiador por conta da queda

¹Pós-doutor em Administração pela Universidade de São Paulo e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Mestrado e Doutorado em Planejamento e Governança Pública e em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. Paraná. Brasil. E-mail: christiansilva@utfpr.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4074-5184>.

²Doutor em Produção Animal. Universidade Cândido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: shimoda@ucam-camois.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6544-687X>.

³Doutor em Planejamento Regional e Gestão da Cidade. UNIG. Itaperuna. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: fbio_barbosa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6218-5683>.

⁴Doutor em Demografia. Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas. São Paulo. Brasil. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1063-2266>.

⁵Doutor em Engenharia de Produção. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo. Paraná. Brasil. E-mail: wrocha@unioeste.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3108-6690>.

brusca do orçamento da CAPES especialmente a partir de 2015, que dificulta a consolidação de muitos programas que ainda necessitam de recursos significativos para se estruturarem.

Palavras-chave: Sistema Nacional de Pós-Graduação. CAPES. Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Brasil. Desigualdades Regionais.

ABSTRACT

The National Postgraduate System (SNPG) has grown significantly since the late nineteen nineties. Of the diverse fields that make up the SNPG, one that has expanded most has been Urban and Regional Planning and Demography (URPD). The purpose of this article is to analyze this growth process of the field of URPD, considering the expanding number of postgraduate programs, characteristics of the faculty members and graduates within the general context of the evolving budget of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The data used are public and provided by CAPES itself, regarding previous evaluations, containing spreadsheets with average indicators of CAPES assessment areas. To accomplish this task, the descriptive method was used, using quantitative data from the evaluation process of postgraduate programs conducted by CAPES. The four-year period ranging from 2013 to 2016 is discussed in detail. The main conclusions point to the dilemma faced by the SNPG, in terms of the continuity of expansion and the regional disparity in the location of the programs. The context has become even more challenging due to the sudden cut in the CAPES budget, especially from 2015 onwards, which makes it difficult to consolidate many programs that still need significant resources to be structured.

Keywords: National Postgraduation System. CAPES. Urban and Regional Planning and Demography. Brazil. Regional Inequalities.

RESUMEN

El Sistema Nacional de Posgrado (SNPG) ha crecido significativamente desde fines de la década de 1990. Entre las diversas áreas que componen el SNPG, una de las que más se expandió fue Planificación Urbana y Regional y Demografía (PLURD). El objetivo de este artículo es analizar este proceso de crecimiento del área PLURD, considerando la ampliación del número de programas de posgrado, características de los docentes y egresados, en el contexto general de la evolución del presupuesto de la Coordinación para el Perfeccionamiento de Personal de Educación Superior (CAPES). Los datos utilizados son públicos, provenientes de la propia Capes, referentes a evaluaciones anteriores, que contienen planillas con indicadores promedio de las áreas de evaluación de la CAPES. Para cumplir con esta tarea, se utilizó el método descriptivo, utilizando datos cuantitativos del proceso de evaluación de programas de posgrado realizado por la CAPES. Se analiza en detalle el cuatrienio 2013-2016. Las principales conclusiones apuntan al dilema que enfrenta la SNPG, en cuanto a la continuidad de la expansión y la disparidad regional en la ubicación de los programas. El contexto se vuelve aún más desafiante debido a la repentina caída del presupuesto de la CAPES, especialmente a partir de 2015, lo que dificulta la consolidación de muchos programas que aún necesitan recursos significativos para estructurarse.

Palavras clave: Sistema Nacional de Posgrado. CAPES. Planificación Urbana y Regional y Demografía. Brasil. Desigualdades Regionales.

Como citar este artigo: SILVA, Christian Luiz da *et al.* A área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia no contexto da pós-graduação brasileira: avanços e desafios recentes. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, ed. esp., p. 03-25, 18 dez. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13ied.esp..4255>.

Artigo recebido em: 13/12/2023

Artigo aprovado em: 14/12/2023

Artigo publicado em: 18/12/2023

1 INTRODUÇÃO

A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 1951, no Governo Vargas visou o estímulo à produção científica e tecnológica no Brasil, iniciando um processo de construção da capacidade de inovação científica e tecnológica próprias para o desenvolvimento do país (MENDES *et al.*, 2017) Essas agências foram importantes para a institucionalização da pesquisa nas universidades, viabilizando o início da formação em nível de pós-graduação. A formação de mestres e doutores no Brasil teve início a partir da década de 1970, especialmente alinhada à construção de uma base de formação continuada de recursos humanos (SANTOS, 2003).

Nobre e Freitas (2017) analisaram os cinco Planos Nacionais de Pós-graduação e identificaram, a partir de cada um dos planos, as etapas referentes a cada plano: 1 – a capacitação dos docentes da universidade (1975-1979); 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade (1982-1985); 3 – a integração da pesquisa feita na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional (1986-1989); 4 - a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização (2005-2010); 5 – a introdução do princípio da indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade (2011-2020). A construção dos planos mobilizou a comunidade científica, e foi importante para consolidar o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

No contexto da expansão da pós-graduação foi criado pela CAPES o sistema de avaliação dos programas no ano de 1977, com a criação das comissões de assessores de áreas (BARATA, 2017). O sistema de avaliação foi sendo alterado ao longo do tempo, sendo que atualmente a avaliação faz parte do rito para que um programa seja aprovado para ingressar no SNPG, sendo que as avaliações periódicas visam analisar a qualidade dos programas e cursos de pós-graduação durante períodos (que já foram trienais, agora são quadrienais), garantindo assim que permaneçam funcionando apenas os programas mais bem avaliados. Salienta-se também que a avaliação, com atribuição de notas que vão de 1 a 7, é um instrumento para distribuição de recursos públicos, através da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para os programas, e de recursos de custeio para realização das atividades de ensino e pesquisa. Nobre e Freitas (2017) descrevem com detalhes o processo de avaliação.

Neste aspecto, a questão que norteia este artigo é qual evolução recente desta área e em que aspecto ela vem se consolidando. O objetivo é avaliar a evolução recente da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia por meio do estabelecimento dos cursos,

características do corpo docente e dos egressos dentro do contexto geral da evolução do orçamento da CAPES.

A relevância desta discussão está associada ao propósito dos programas da própria área de avaliação que buscam compreender as diferenças e desigualdades regionais. Esta característica vincula, inclusive, o propósito de vários programas da área, conforma a justificativa dos mesmo para sua formação. Pretende-se ratificar isso com a discussão sobre os temas de dissertações e teses, como será discutido na seção 4.

Para as análises foram utilizadas informações estruturadas em planilhas eletrônicas obtidos em Capes (2017), referentes as áreas de avaliação PLURD. Foram selecionados, por área, dados referentes ao número de programas (totais, acadêmicos e profissionais), número de programas de acordo com a nota, número de docentes (totais e permanentes), número de dissertações e teses defendidas, tempo médio de defesas de dissertações e teses, média de mestres e doutores titulados por docente permanente, número de produções (artigos em periódicos, livros e capítulos de livro) por docente permanente de acordo com o estrato, área de formação (doutorado) dos docentes permanentes (apenas da área de PLURD) e títulos das teses e dissertações (apenas da área de PLURD). Aliado a isso, analisou-se o orçamento (previsto e realizado) da Capes desde 2004, disponível no sítio da instituição (CAPES, 2022), atualizando os valores a preços de 2021 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A partir destas análises de orçamento, do sistema de pós-graduação e da área PURD comparou-se a evolução recente para alinhar os dados relativos à evolução da área e, por fim, aos desafios colocados para a área. Relacionou-se a evolução da área PLURD em termos dos dados específicos de egressos, produção e outros indicadores com os incentivos ao seu desenvolvimento a partir dos recursos investidos no SNPG.

Este artigo está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção discute os aspectos referente a evolução do sistema de pós-graduação recente. A terceira parte descreve a expansão da área PLURD. A quarta seção apresenta a trajetória recente da área PLURD e a quinta seção os desafios deste processo de consolidação da área. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

2 POLÍTICA PÚBLICA DE PÓS-GRADUAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL APÓS OS ANOS 2000

O SNPG envolve a definição de regras instituídas para organizar todos os envolvidos, incluindo o seu processo de avaliação, buscando formar egressos capazes de criar dinâmicas e capacidades para lidar com os desafios científicos, tecnológicos e apropriado às questões regionais. Neste sentido, o SNPG envolve toda a sua estrutura, recursos, instituições e alinhamento das intenções próprias de uma política pública, mas também ações ou recursos direcionados para sua consecução.

Neste sentido, como retrata Heidemann e Salm (2009), a política pública é constituída de intenção e ação, e, neste aspecto, reforça que não basta ter um sistema que promova e articule a pós-graduação no país se não houver recurso direcionado. O orçamento da CAPES retrata as evoluções recentes do sistema de pós-graduação. Ao analisar as informações da Tabela 1, é possível captar a evolução do orçamento da CAPES em valores reais (a preços constantes de 2021). Pode-se observar que o orçamento da CAPES foi crescente, em valores reais, até 2015,

antes de fechar o período da quadrienal de 2013-2016, contudo, a partir deste ano teve crescimento negativo significativo de médio de 16% ao ano, chegando em 2021 com um orçamento em torno de 35% do valor de 2015 a preços constantes.

Nota-se que o número de programas aumentou em torno de 139% e o orçamento em valores reais incrementou quase 160%. Desta forma, houve um aumento por número de programas, contudo o valor médio orçado por programa alcançou seu ápice em 2015 e após 2020 retorna a patamares do início da década 2000 (Tabela 1). Dividindo o valor orçado pelo número de programas pode-se verificar que após 2010 teve-se o maior crescimento do número de programas e um crescimento sustentado do orçamento até 2015. A partir de 2016, há a redução do orçamento e do valor relativo por programa, já que o número deste continuou crescendo (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução anual e acumulada do orçamento e do realizado da CAPES de 2004 a 2021 a preços constantes de 2021

Ano	Valor (em reais constantes de 2021 - IPCA)		Crescimento		Execução do orçamento (%)	Número de programas
	Orçado	Realizado	Anual (%)	Acumulado (%)		
2004	1.478.732.799,24	1.477.780.735,18			100%	1930
2005	1.635.420.028,63	1.620.905.086,32	10%	10%	99%	2057
2006	1.757.658.261,99	1.738.890.218,27	7%	18%	99%	2265
2007	1.867.515.025,28	1.825.824.364,60	5%	24%	98%	2408
2008	2.698.798.600,06	2.667.344.306,47	46%	80%	99%	2567
2009	3.910.549.822,73	3.366.287.788,31	26%	128%	86%	2718
2010	4.964.038.287,00	3.850.604.366,13	14%	161%	78%	2840
2011	5.461.308.537,67	4.860.914.896,72	26%	229%	89%	3128
2012	6.612.061.447,90	5.985.318.150,65	23%	305%	91%	3342
2013	8.504.204.795,74	7.656.563.859,40	28%	418%	90%	3537
2014	9.156.990.122,69	8.046.464.102,57	5%	444%	88%	3748
2015	10.126.624.849,02	9.557.879.498,89	19%	547%	94%	3931
2016	7.568.140.641,12	7.560.929.570,30	-21%	412%	100%	4177
2017	6.173.964.212,93	5.828.914.953,15	-23%	294%	94%	4347
2018	4.613.293.962,62	4.604.481.623,74	-21%	212%	100%	4363
2019	4.819.981.831,77	4.815.329.657,04	5%	226%	100%	4570
2020	3.904.027.097,13	3.898.597.404,79	-19%	164%	100%	4559
2021	3.377.872.437,00	3.374.735.202,00	-13%	128%	100%	*
2022	3.837.445.550,00					4602

Fonte: Capes (2022); IBGE (2021). Nota (*) Não disponível

Isso é marcante para um sistema com alto crescimento tanto em número de programas quanto de docentes e discentes desde 2000, como será explorado na seção seguinte. O investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil é essencialmente público e a redução significativa deste investimento diminui a capacidade direta de execução de novas pesquisas e, principalmente, da formação de novos mestres e doutores. O orçamento público é o instrumento de transformar uma política pública em ações e deve estar alinhado com o programa de governo (PATRICIO NETTO *et al.*, 2010), bem como retratar a expectativa da política por meio do que se espera transformar a realidade daquela população (SILVA; BASSI, 2012). Esta política deve estar associada ao conceito de espaço e território e aos princípios de um sistema de produção científica e tecnológica que permita realizar mudanças para a construção e consolidação da pesquisa científica no Brasil (SILVA, 2005; THEIS; GALVÃO, 2012). A avaliação deste

investimento depende de quem está interessado na ação e haverá controvérsia pelos diversos atores envolvidos (JANUZZI, 2002; KRAFT; FURLONG, 2010; TREVISAN; BELLEN, 2008).

A política pública envolve diversos interesses e agentes, porém depende essencialmente do papel do Estado (SOUZA, 2006) e das instituições (FREY, 2000) para que se concretize em ações estruturadas. À medida que os recursos são reduzidos e que programas deixam de existir isso coloca em questão a própria política pública em questão e se a perda de importância relativa se trata de uma ação deliberada para diminuir o foco na consolidação da pesquisa e pós-graduação em detrimento a melhoria de outras áreas e problemas públicos ou se trata de uma situação conjuntural que atinge também esta área. Como trata Dye (2011), a política pública é o que o governo faz ou deixa de fazer. A não ação é um tipo de política e retrata o que Heidemann e Salm (2011) reforçam sobre a necessidade de transformar intenção em ação para que se consolide na política.

Isso torna-se complexo à medida que o sistema cresceu de forma significativa (aumento de 547% em termos reais do orçamento executado de 2004 a 2015), bem como expandiu o sistema de pós-graduação e o número de envolvidos e retrocede tão intensamente nos 6 anos seguintes. O real impacto dessa gangorra orçamentária leva a questionar se de fato é conjuntural e, se for, o quanto o sistema conseguiria sobreviver retomar os investimentos necessários; ou se é realmente a perda de importância e, neste caso, um processo de asfixia do sistema como um todo.

O fato é que a pujança do sistema tomou proporções que necessitam ainda de investimentos porque muitos cursos são novos e que necessitam de recursos para se manter e proporcionar a existência de um número significativo de bolsistas de pós-graduação para consolidação do sistema. Sem a manutenção destes investimentos, o sistema não conseguirá se consolidar e há a possibilidade de retroceder. Isso ao se tratar somente da questão básica e orçamentária. Além disso, outros desafios são postos, como o próprio sistema de avaliação e o que se espera deste sistema. Por isso, as duas seções seguintes discutiram especificamente a área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, a despeito de ser uma realidade posta a várias áreas do atual sistema de pós-graduação.

3 CRESCIMENTO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E DEMOGRAFIA

A área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia esteve associada a estas duas subáreas: planejamento urbano e regional e demografia. A partir de 2000, o perfil da área modificou-se gradualmente com a recomendação de novos programas, especialmente na área de desenvolvimento regional (RANDOLPH, 2013).

Em 2000, os programas existentes estavam em processo de consolidação, tanto que dos 8 programas havia apenas 1 com nota 3. Por outro lado, havia dois programas na área de desenvolvimento, sendo o tradicional programa de desenvolvimento urbano da UFPE e o programa de análise regional da UNIFACS na Bahia, ou seja, ambos no nordeste. Os programas estavam concentrados na região sudeste e nordeste (7 programas) e apenas o tradicional programa de Planejamento Urbano e Regional da UFRGS se localizava na região sul. Além

disso, dos 8 programas, 3 estavam na subárea de demografia e 5 na subárea de planejamento urbano e regional.

O quinquênio seguinte foi movimentado pela mudança de área de programas relacionados ao desenvolvimento regional de outras áreas, especialmente a interdisciplinar, para subárea do planejamento urbano e regional. Aliado a isso, houve a percepção da coordenação de área para a importância e articulação do tema relacionado ao desenvolvimento regional e políticas públicas com a subárea de planejamento urbano, que fez expandir a área como um todo de 8 para 14 programas e, como consequência, para 28 programas em 2010 e 41 em 2015. Com isso, a região Sul também teve forte participação nesta descentralização e alguns programas da região Norte e Centro-Oeste foram representadas. Entretanto, destaca-se que a concentração dos programas nas regiões Sul e Sudeste ainda permanecem (STALOCH; ROCHA, 2019).

Esse redirecionamento para o campo do desenvolvimento regional, com a aprovação de novos cursos no interior do país, ampliou o número de programas Nota 3 que representou 53,6% em 2010 e 56,1% em 2015. Os movimentos da avaliação quadrienal em 2017 modificaram a composição e a principal evolução relativa na quadrienal foi a evolução do número de programas da Nota 3 para 4 (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução do número de programas (em valores absolutos e relativos) do número de programas de pós-graduação na área de PLURD por conceito – 2000 a 2020

Nota	2000		2005		2010		2015		2020	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
3	1	12,5%	5	35,7%	15	53,6%	23	56,1%	19	38,8%
4	3	37,5%	5	35,7%	8	28,6%	9	22,0%	17	34,7%
5	2	25,0%	2	14,3%	3	10,7%	5	12,2%	5	10,2%
6	2	25,0%	2	14,3%	1	3,6%	3	7,3%	3	6,1%
7	0	0,0%	0	0,0%	1	3,6%	1	2,4%	1	2,0%
Acompanhamento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	8,2%
Total	8	-	14	-	28	-	41	-	49	-

Fonte: Capes (2021). Nota: As informações são relativas às avaliações em vigor até o ano em questão.

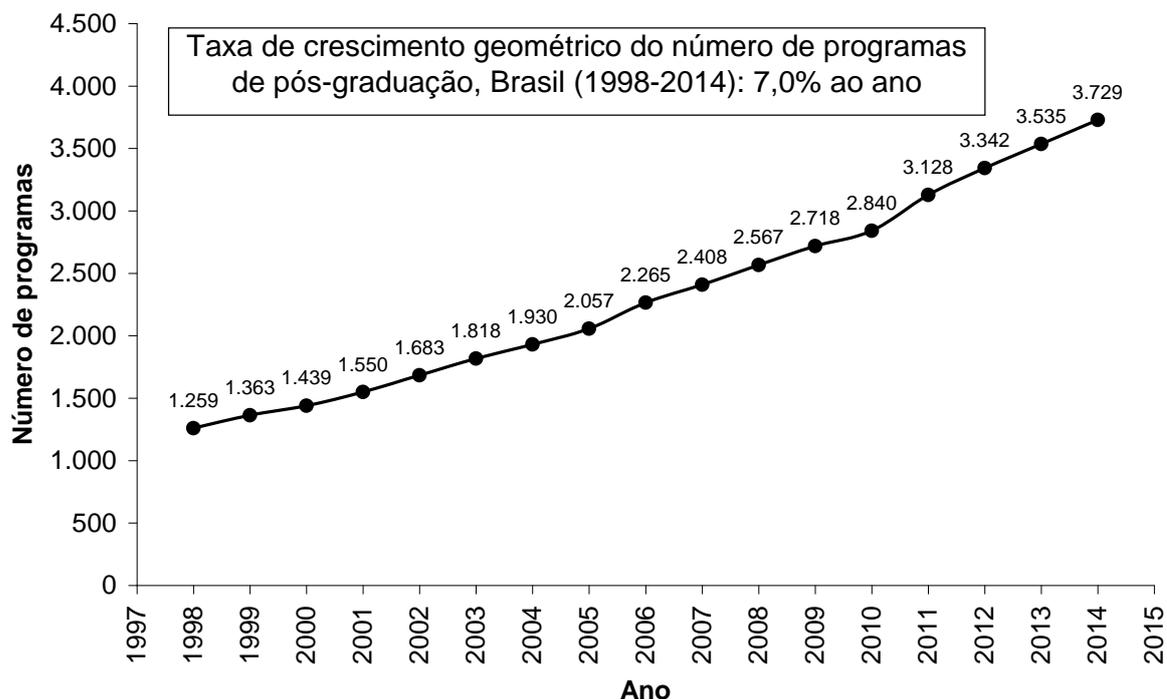
Ao se considerar o crescimento anual acumulado nota-se que a área de planejamento urbano/ regional e demografia foi maior que de todo o conjunto dos programas, que cresceu em média 7% nestas 2 décadas. Todos os quinquênios demonstram crescimento anual acima de 7%, sendo o período mais próspero de 2005 a 2010 (Tabela 3; Figura 1).

Tabela 3 – Taxa de crescimento geométrico acumulado do número de programas de pós-graduação na área de PLURD – 2000 a 2020

Período	Taxa de crescimento geométrico acumulado
2000-2005	11,8% ao ano
2000-2010	13,3% ao ano
2000-2015	11,5% ao ano
2000-2020	9,5% ao ano

Fonte: Capes (2021).

Figura 1 – Evolução do número de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) no Brasil – 1998 a 2015



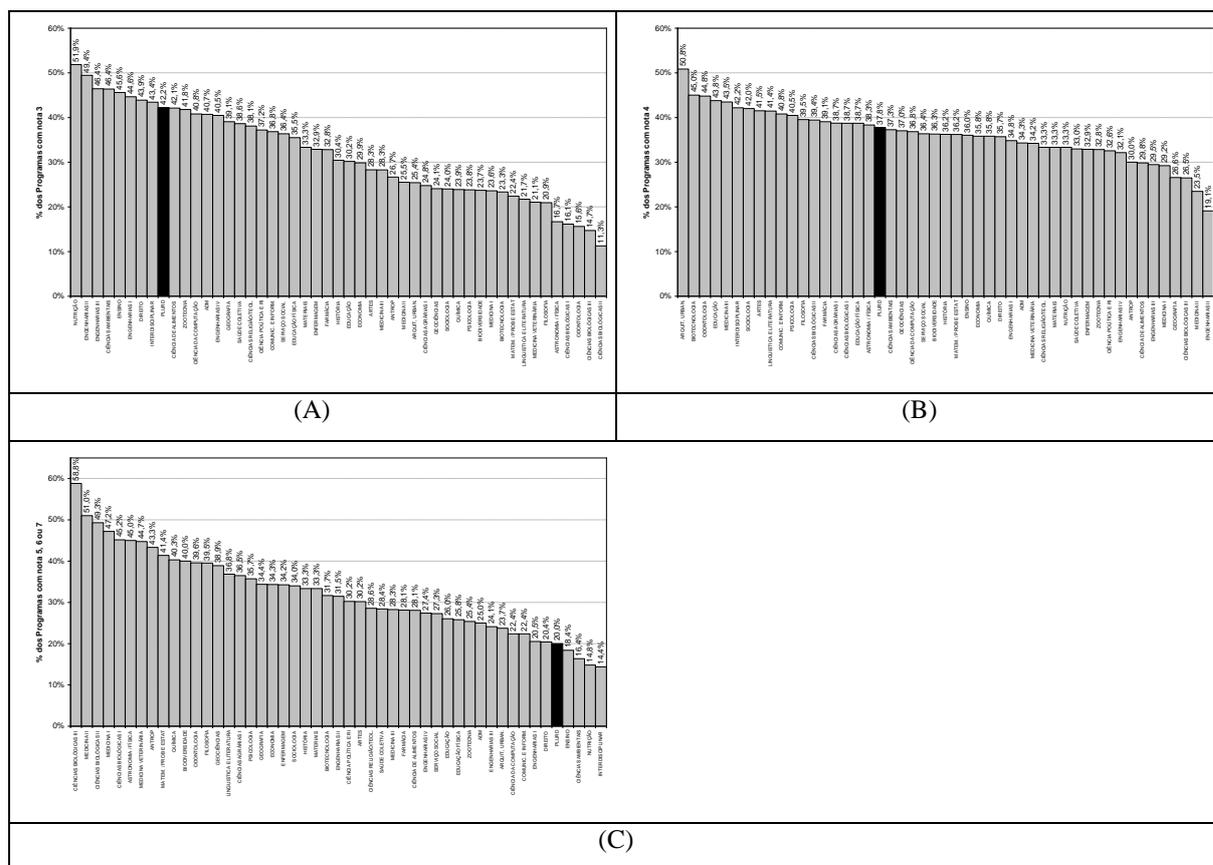
Fonte: Capes (2017).

4 RETRATOS DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2013-2016

Uma das funções do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) é garantir certa compatibilidade entre as notas atribuídas por diferentes áreas. Por exemplo: um programa de dada área que tiver nota 4 teria que ter algumas características, em termos de produtividade, compatíveis com um programa nota 4 em outra área. Assim, foram obtidos dados públicos do último ciclo avaliativo (2013-2016) de todas as áreas. A seguir, os resultados obtidos pela área de PLURD neste ciclo avaliativo foram comparadas às demais áreas para descrever um perfil da área e identificar os principais desafios a serem enfrentados.

Na Figura 2 são apresentados as quantidades de programas de acordo com a modalidade e a proporção de programas profissionais em relação ao total de programas.

Figura 3 - Percentual dos programas com (A) nota 3, (B) nota 4, (C) nota 5, 6 ou 7, por área de avaliação da Capes

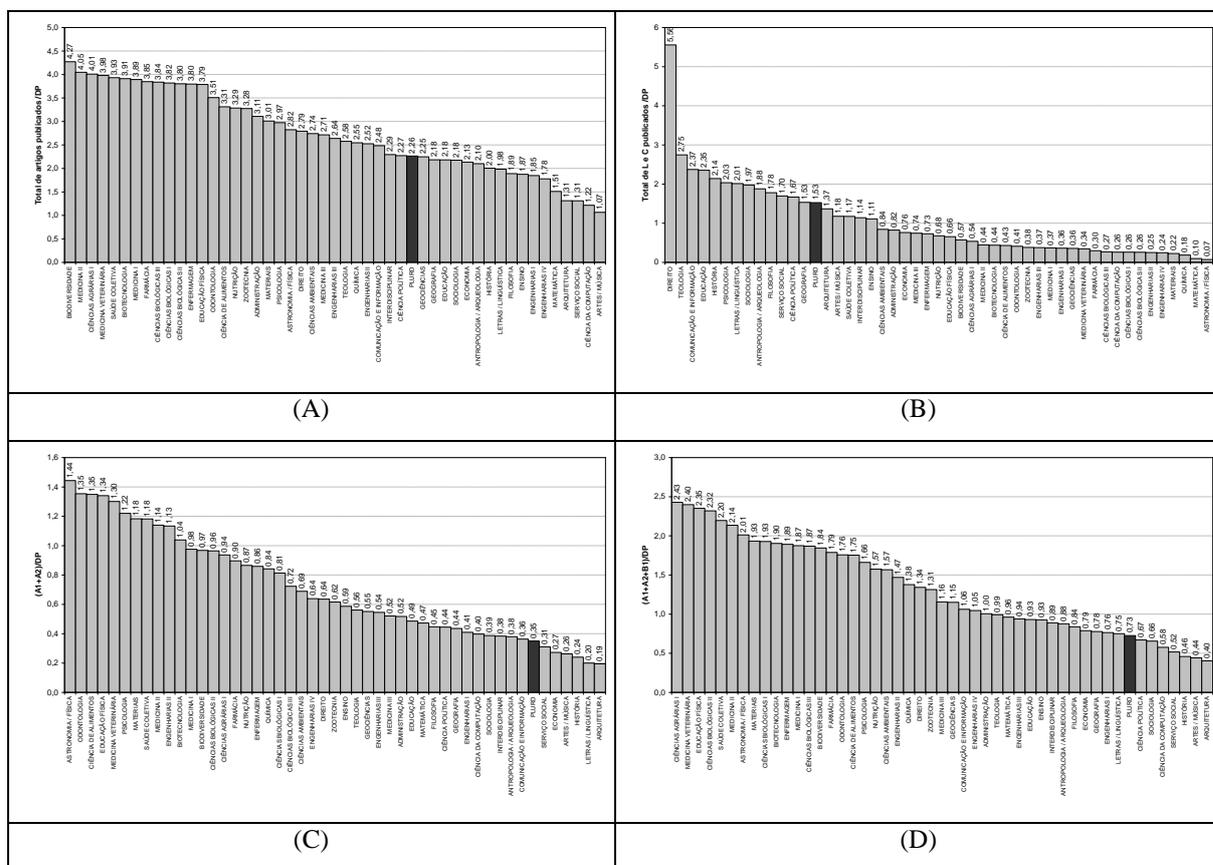


Fonte: Capes (2017).

Na área de PLURD, excetuando-se os programas que tiveram avaliação de acompanhamento, 42,2% dos programas tinham nota 3 (Figura 3A); 37,8% tinham nota 4 (Figura 3B) e 20,0% tinham notas 5, 6 ou 7 (Figura 3C). Como se nota, a área de PLURD, frente as demais áreas, tem proporcionalmente poucos programas (Figura 2A) e, dentre estes programas, muitos tinham nota 3 e poucos tinham notas 5, 6 ou 7.

Na Figura 4 podem ser verificadas as características dos programas de acordo com a composição do corpo docente.

Figura 6 – Características dos programas quanto à produção acadêmica no quadriênio 2013-2016: (A) total de artigos em periódicos por docente permanente; (B) total de livros e capítulos de livros por docente permanente; (C) total de artigos A1 e A2 por docente permanente e; (D) total de artigos A1, A2 e B1 por docente permanente

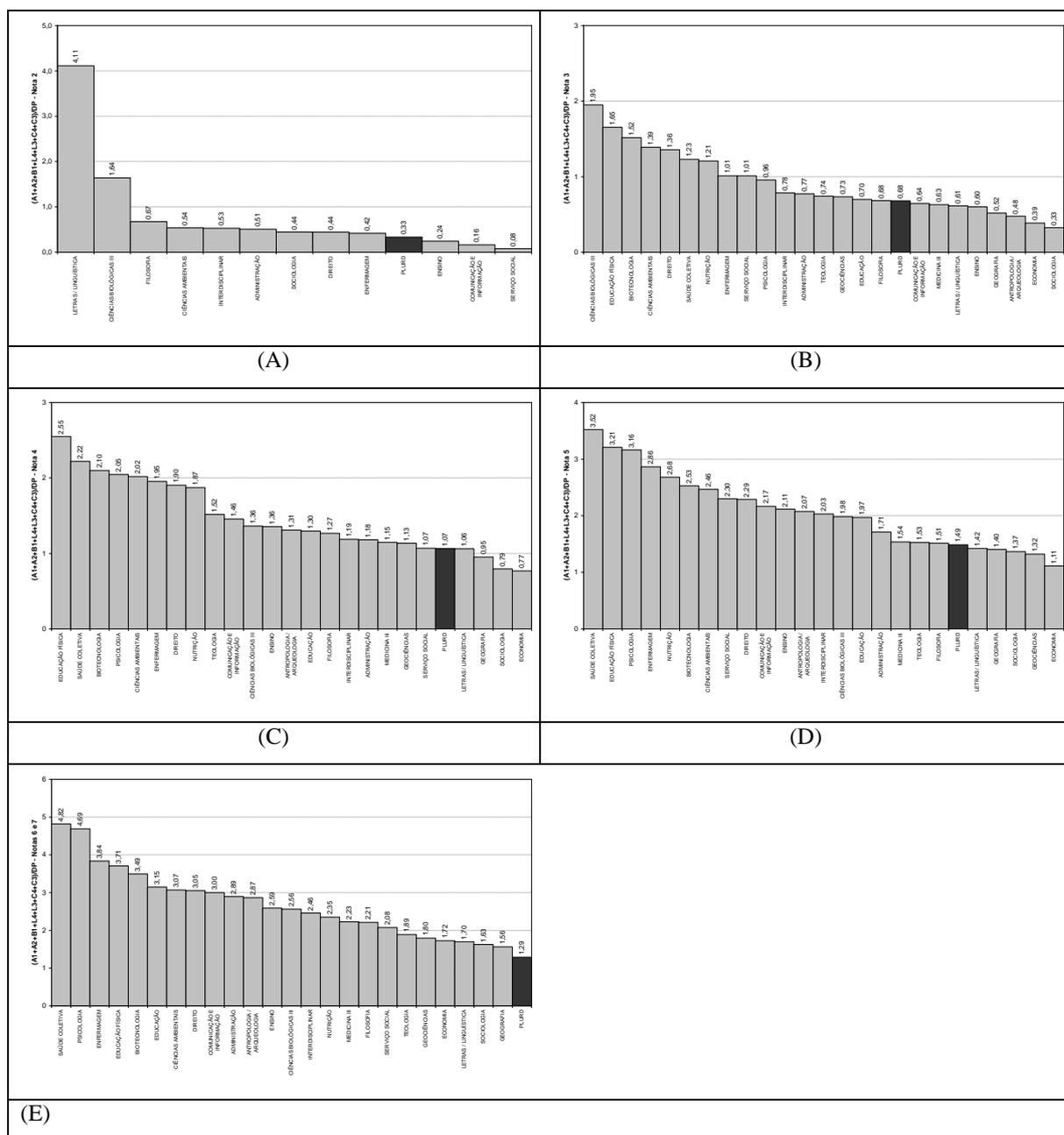


Fonte: Capes (2017).

Com relação ao número de pontos obtidos em artigos em periódicos por docente permanente, a área de PLURD estaria posicionada no tercil inferior (Figura 6A). Ainda, considerando artigo em periódicos Qualis A (Figura 5C) ou Qualis A + Qualis B1 (Figura 5D), a área estava dentre as com menor produção por docente permanente. Por outro lado, estava no tercil superior, sendo uma das que mais publica livros e capítulos de livros por docente permanente.

Na Figura 7 encontram-se os dados relacionados à produtividade dos programas considerando-se as publicações mais bem qualificadas.

Figura 7 - Características dos programas quanto às publicações mais qualificadas (artigos em periódicos A1, A2 ou B1; livros L3 e L4 e capítulos de livros C3 e C4) de acordo com a nota do programa no quadriênio 2013-2016: (A) programas nota 2; (B) programas nota 3; (C) programas nota 4; (D) programas nota 5 e; (E) programas nota 6 e 7

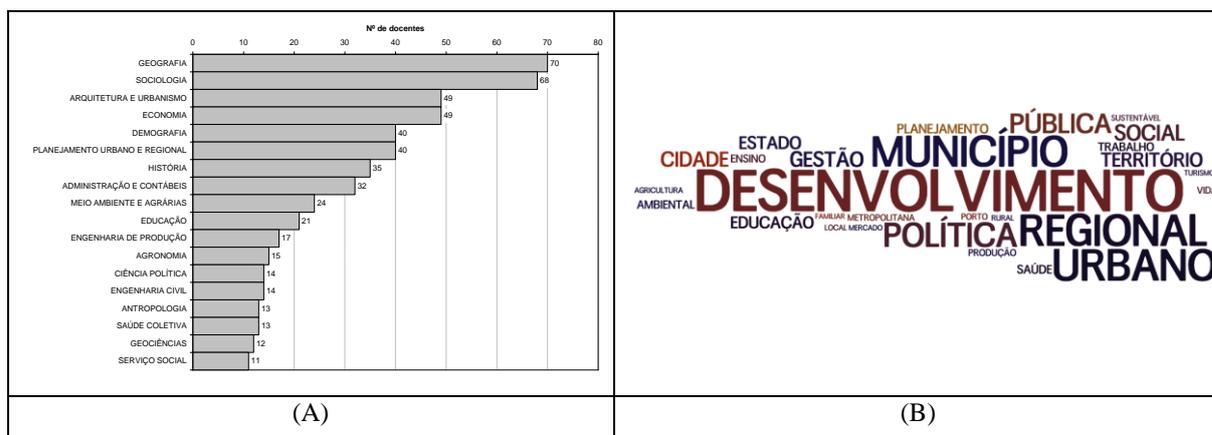


Fonte: Capes (2017).

Considerando as produções em periódicos, livros e capítulos de livro mais qualificados por docente permanente, os programas da área de PLURD com nota 2 (Figura 7A), 3 (Figura 7B), 4 (Figura 7C), 5 (Figura 7D), 6 ou 7 (Figura 7E) têm, via de regra, médias relativamente baixas comparadas as dos programas com mesma nota em áreas diferentes.

Resultados relacionados à aderência dos programas da área de PLURD podem ser verificados na Figura 8.

Figura 8 - Aderência dos programas à área de PLURD quanto: (A) à área de titulação (doutorado) dos docentes e (B) às palavras mais citadas nos títulos das teses e dissertações no quadriênio 2013-2016



Fonte: Capes (2017).

No que tange à aderência dos programas à área de PLURD, identificou-se que, no quadriênio 2013-2016, parcela significativa dos docentes teve sua formação doutoral em programas de área pertencentes ao Colégio de Humanidades (Figura 8A), sendo que as áreas mais frequentes foram as de geografia (70 docentes), sociologia (68), arquitetura e urbanismo (49) e economia (49). No total, 80 docentes cursaram doutorado na própria área de Planejamento Urbano e Regional (40 docentes) e Demografia (40 docentes).

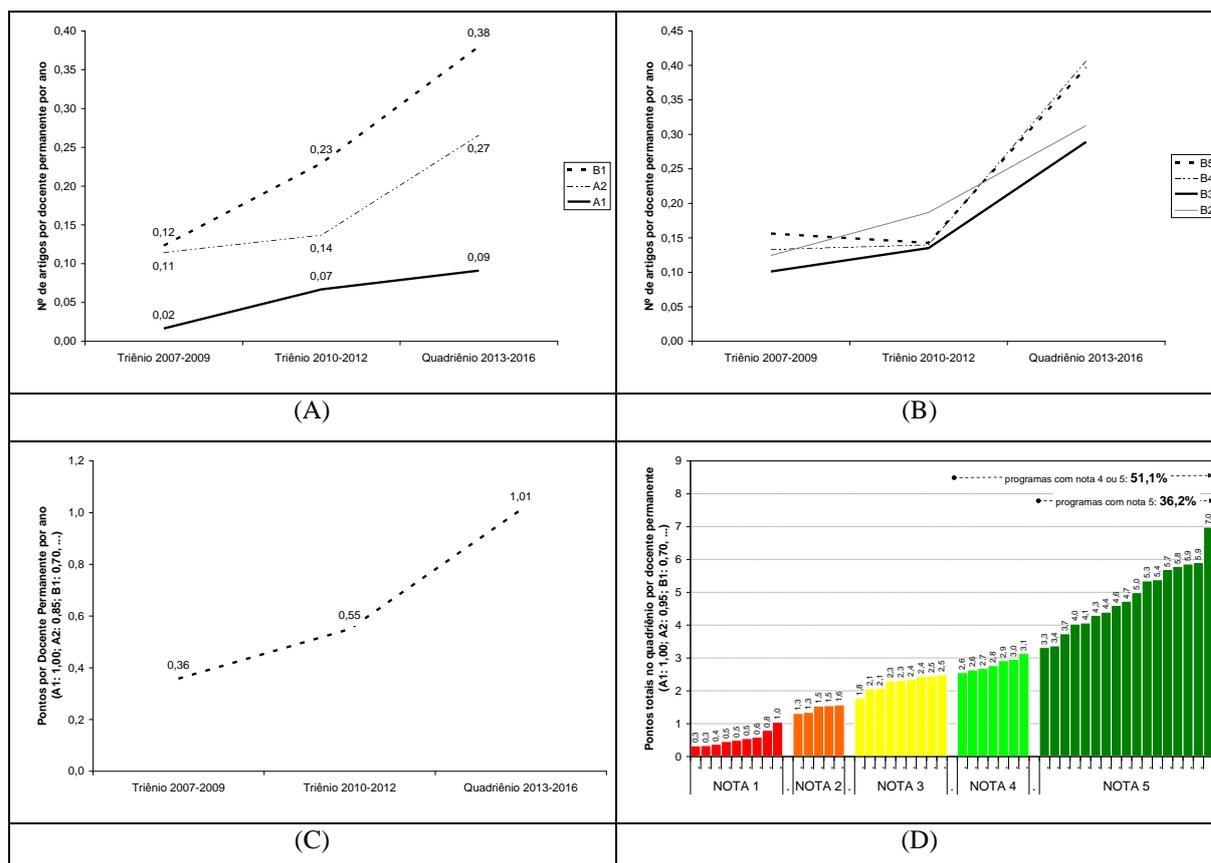
Analisando-se os títulos das teses e dissertações defendidas no quadriênio 2013-2016 na área de PLURD (Figura 8B), percebe-se pela nuvem de palavras que os termos mais usados parecem ter forte aderência à área, sobressaindo expressões como “desenvolvimento”, “regional”, “urbano”, “município”, “política”, “pública”, dentre outras.

Analisando-se a produção em periódicos Qualis A1, A2, B1 (Figura 9A), B2, B3, B4 e B5 (Figura 9B) no transcorrer de três ciclos avaliativos, percebe-se que ocorreu gradativo aumento da produtividade (artigos por docente permanente). Por exemplo, no que se refere às publicações em periódicos com Qualis A1, a média no triênio 2007-2009 era de 0,02 artigos por docente permanente por ano, passou para 0,07 no triênio 2010-2012 e, no quadriênio 2013-2013, chegou a 0,09. Comportamento semelhante ocorreu para as publicações em revistas dos demais estratos de qualificação, o que levou a um aumento na pontuação por docente permanente, considerando os pesos para os diferentes Qualis (Figura 9C). Neste caso, a média de pontos por docente permanente por ano passou de 0,36, no triênio 2007-2009, para 1,01 no quadriênio 2013-2016. Estes resultados demonstram que a área PLURD tem passado por um aumento substancial na produtividade ao longo dos ciclos avaliativos.

A partir desta média de pontos por docente permanente, o programa recebeu uma nota no indicador, que foi de 1 a 5, a partir de faixas que foram estabelecidas pela comissão de avaliação (Figura 9D). Como é possível perceber, no quadriênio 2013-2016, 36,2% dos programas obteve nota 5 neste indicador. Ainda, pouco mais da metade (51,1%) dos programas recebeu nota 4 ou 5. Se esta evolução na produtividade continuar ocorrendo, é possível que estas faixas tenham que ser reajustadas, sob risco de praticamente todos os programas receberiam notas muito altas, o que dificultaria a discriminação dos programas de acordo com sua qualidade (CARMO; SHIMODA, 2018).

Na Figura 9 é possível encontrar a evolução da pontuação em periódicos por docente permanente na área de PLURD.

Figura 9 – Produção em periódicos: (A) média de artigos em periódicos A1, A2 e B1 por docente permanente por ano; (B) média de artigos em periódicos B2, B3, B4 e B5 por docente permanente por ano e; (C) média de pontos em periódicos por docente permanente por ano; (D) notas atribuídas aos programas no indicador “pontos por docente permanentes”



Fonte: Capes (2017).

5 DESAFIOS DA ÁREA PLURD

Conforme apresentado anteriormente, houve uma grande expansão do SNPG durante as primeiras décadas do século XXI, associado ao processo de criação de novas Instituições de Ensino Superior. Esse crescimento foi importante como política para criar dinâmicas que viabilizaram o surgimento de novos polos regionais de desenvolvimento (MACEDO et al., 2022). Entretanto, mesmo com o crescimento significativo e a interiorização, a área de PLURD ainda não possui programas de pós-graduação em 10 Unidades da Federação, o que indica um dos desafios a serem enfrentados. Verifica-se forte concentração de cursos da Área PLURD nas regiões Sul e Sudeste do país (STALOCH; ROCHA, 2019). A questão que se coloca nesse sentido é a necessidade de indução para a criação de novos programas, que para ser eficiente precisa estar inserida em uma perspectiva mais ampla de planejamento do setor educacional e científico, que abranja os níveis municipal, estadual e federal. Entretanto, observa-se uma baixa

capacidade de planejamento e de investimento de ações estratégicas nesse setor, principalmente a partir de 2016, quando tem início a queda de orçamento desse setor.

Criar um programa de pós-graduação exige um sério compromisso institucional, com a alocação de recursos específicos para infraestrutura física, contratação de docentes qualificados (doutores) para atividades de ensino, pesquisa e orientação. É um investimento vultoso e contínuo, de longo prazo. Tendo em vista essas necessidades de investimento, a questão que se coloca é quem deve ser o ator político-institucional responsável por fomentar a expansão do SNPG no contexto de redução de investimentos públicos.

Outro desafio importante é o financiamento das atividades de pesquisa. Grande parte da pesquisa realizada no país ocorre no âmbito do setor público e nas universidades públicas, sendo que os programas de pós-graduação, através das pesquisas realizadas pelos estudantes de mestrado e doutorado, desempenham um papel central. Nesse sentido, as bolsas de mestrado e doutorado, que subsidiam a realização das dissertações e teses, são investimento fundamental para a manutenção das atividades de pesquisa. Entretanto, com os valores sem reajuste significativo por mais de dez anos, as bolsas já não são mais atrativas: R\$ 1,5 mil para mestrado e R\$ 2,2 mil para doutorado. Para os próximos anos pode ser um desafio cada vez maior encontrar bons candidatos, dispostos a investir tempo e os seus próprios recursos para a realização de mestrado ou doutorado. Esse é um aspecto central a ser considerado.

Na medida em que tem implicações sobre a distribuição dos recursos da CAPES, o sistema de avaliação acaba também ganhando relevância no contexto de crise do financiamento. São vários os desafios associados à avaliação dos programas.

O primeiro desafio da avaliação é como constituir critérios avaliativos que sejam capazes de contemplar todas as áreas do conhecimento científico, tendo em vista as características históricas das diferentes áreas na construção e na divulgação do conhecimento das 48 áreas da CAPES (BARATA *et al.*, 2014). Mesmo dentro da área PLURD, os programas abrangem áreas como planejamento urbano, desenvolvimento regional e demografia, o que significa uma ampla gama de temáticas no campo do conhecimento (RANDOLPH, 2013). Essa grande diversidade justifica, pelo menos em parte, a dificuldade de constituir uma ficha de avaliação que possa ser aplicada a todos os programas do país, e que seja capaz de se constituir como elemento de avaliação comparativo entre as áreas.

Existem questões que são fundamentais para a avaliação, como a “produção científica”. Aqui são vários os indicadores que podem ser utilizados. Entretanto, ao longo dos sucessivos processos de avaliação realizados, consolidou-se uma valorização excessiva da produção quantificável, especificamente em termos de artigos publicados em períodos científicos. Comprovando o caráter indutivo da avaliação, tendo em vista que os programas mobilizam os docentes e os estudantes para obter as melhores notas, fomentou-se um sistema calcado no produtivismo, com a valorização excessiva do número de publicações realizadas ao longo do período de avaliação (MENDES *et al.*, 2017).

A indução do sistema de avaliação da CAPES pode ser observada também na forma de divulgação dos resultados de pesquisa de diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a área PLURD tradicionalmente valorizava a publicação de livros autorais e de capítulos de livros de maneira equânime aos artigos publicados em revistas científicas. Entretanto, na medida em que houve uma mudança na avaliação, no sentido de valorizar cada vez mais a publicação de artigos

em periódicos, essa característica da área mudou de maneira substantiva. Ao longo da década, aumentou expressivamente o número de artigos publicados em revistas, e diminuiu de maneira significativa o número de livros e de capítulos de livros publicados no âmbito da comunidade do PLURD. Em parte, a dificuldade para qualificar e atribuir uma avaliação homogênea aos livros, justificou que estes passassem a ter um peso cada vez menor dentre os critérios de avaliação. Por outro lado, a percepção de que a publicação de artigos em periódicos torna mais acessíveis as publicações, além de estabelecer parâmetros de qualidade para os trabalhos. Entretanto, a perspectiva produtivista está instaurada. E um dos grandes desafios para os próximos anos é buscar um equilíbrio entre os processos que compõem um processo de formação de quadros: tempo de aula ou laboratório, tempo de realização da pesquisa, tempo de preparação e divulgação dos resultados da pesquisa.

A avaliação centrada nas publicações científicas trouxe um outro aspecto para o centro da discussão ao longo desses anos da avaliação da CAPES; como avaliar as publicações científicas? Nas avaliações recentes nota-se que houve uma tendência de consolidar os artigos publicados como parâmetro principal da avaliação. Entretanto, a questão da qualificação da produção exigiu a criação de um outro instrumento de avaliação: o Qualis. Originalmente, o tinha duas versões: Qualis Periódicos e Qualis Livros. Entretanto, as dificuldades para qualificar os livros estabelecendo parâmetros que fossem comparativos, acabaram fazendo com que o Qualis Livros perdesse relevância ao longo das avaliações. O Qualis Periódicos permaneceu ao longo das avaliações, foram criados critérios para hierarquizar as revistas científicas nas quais os docentes e discentes dos programas de pós-graduação publicavam os seus resultados de pesquisa. E aqui já surgiram vários questionamentos. O primeiro é que a avaliação foi realizada nos periódicos, e não nos artigos publicados. O pressuposto forte é de que caso o artigo publicado em um periódico de boa qualidade, também possui uma boa qualidade. O que pode criar a situação de que um artigo pode ser publicado em um periódico importante, mas nunca vir a ser citado. A questão que se levanta, então, é sobre o que deve ser considerado: o artigo ou o periódico?

Há muitos outros aspectos dessa discussão sobre o Qualis. Existe uma dimensão temporal necessária a ser considerada. Um artigo pode demorar um tempo até que tenha a sua importância reconhecida pela comunidade. E esse tempo pode ultrapassar os limites estabelecidos pelo período de avaliação. Nesse sentido, um artigo publicado no meio de um período de avaliação pode ter tido um baixo impacto no momento de sua publicação, mas ganhar relevância em meados do período da avaliação seguinte, quando não vai ser mais considerado para fins de pontuação. Nessa linha de argumentação, faz sentido realizar a avaliação dos periódicos, pois de certa forma garantiria pelo menos em parte a consideração de aspectos como esse.

Entretanto, e aí novamente se observa a importância da indução da avaliação CAPES, os periódicos melhor avaliados acabaram sendo os mais procurados para publicação, aumentando o tempo necessário para o processo editorial desses veículos. Além do fato de que os periódicos internacionais de algumas áreas têm custos elevados para publicação, que são pagos pelos autores ao realizarem a publicação. Em alguns periódicos, os custos de publicação são superiores a US\$ 2.500, o que implica uma clara seleção pelo critério econômico dos trabalhos que serão publicados nesses veículos. Essa discussão entre a utilização de recursos públicos para a realização de pesquisas científicas e o pagamento de quantias significativas para publicar os resultados em revistas científicas, que geralmente pertencem a grandes corporações editoriais, é um debate em andamento. Certamente, seria muito importante avançar no sentido

da divulgação aberta dos resultados de pesquisa, mas nesse caso fica a questão sobre quem vai se responsabilizar pelos custos elevados da publicação, discussão que também se configura como um desafio para os próximos anos.

Destaca-se, entretanto, que o Qualis teve um impacto positivo para os periódicos nacionais. Especialmente nas áreas mais próximas das Ciências Humanas, como a área PLURD, o esforço realizado pelos periódicos nacionais para atenderem aos parâmetros de qualidade estabelecidos pela avaliação, fez com que houvesse uma melhoria substantiva dos periódicos. No caso da área PLURD, a avaliação foi lastreada na indexação dos periódicos a um conjunto de bases bibliométricas. A indexação nas bases exige o atendimento de exigências específicas a serem atendidas pelas revistas, tanto em termos de características editoriais quanto em termos de procedimentos de avaliação. Para ser indexado em bases como o Scielo, por exemplo, uma revista tem que satisfazer muitos critérios. Durante os últimos dez anos, houve um grande esforço dos editores de periódicos para o atendimento desses critérios. O ganho foi expressivo. O desafio para os próximos anos é avançar nesse processo de melhoria dos periódicos nacionais, de maneira que continuem abrindo espaço e sirvam para a divulgação do conhecimento em idioma português, mesmo com um movimento crescente de valorização da publicação em periódicos internacionais, no idioma inglês. De certa forma, a manutenção e valorização das publicações em idioma português significa também uma posição de resistência, de avanço de uma postura decolonial. O risco apresentado por uma valorização excessiva das publicações internacionais é aniquilar o avanço obtido no período recente pelos periódicos nacionais.

Ainda em termos da divulgação do conhecimento científico gerado no âmbito dos programas de pós-graduação, uma discussão realizada no conjunto das áreas foi sobre a diferença de avaliação da publicação individual e da publicação com múltiplos autores. Em algumas áreas do conhecimento, valoriza-se a publicação assinada de maneira coletiva, tendo em vista que os trabalhos envolvem grupos de pesquisadores. Já em outras áreas valoriza-se a publicação de trabalhos entre orientadores e orientandos, o que é visto como uma etapa importante de amadurecimento do pós-graduando. Na área de PLURD, por sua vez, essa é uma questão que também tem múltiplas abordagens. O desafio tem sido no sentido de compreender quais são os trabalhos que são realmente realizados por equipes, e que devem ser valorizados, e os trabalhos que, para atender a uma perspectiva produtivista, incorporam diversos autores de maneira artificial.

Outra questão que surgiu nos processos recentes de avaliação é relativa à valorização das atividades de extensão. Há uma compreensão corrente de que é fundamental que haja maior aproximação entre a universidade, no caso os programas de pós-graduação, e a sociedade. Nesse sentido, um desafio que tem se configurado é o estabelecimento de parâmetros objetivos para avaliar o impacto dos programas, seja em termos de sua inserção regional com ações específicas, seja em termos de sua capacidade para influenciar as políticas públicas nos diversos níveis de gestão.

No que diz respeito à configuração interna da área PLURD, o processo de avaliação evidenciou que existe a configuração de três subgrupos temáticos nos quais podem ser agrupados os programas de pós-graduação: planejamento urbano, desenvolvimento regional e demografia. Cada uma dessas três subáreas é composta por abordagens que são multidisciplinares, o que traz um componente significativo de complexidade para o processo de avaliação. O grande desafio nesse sentido é estabelecer o diálogo entre os diversos programas da área, privilegiando as conexões entre as subáreas, de maneira a construir

colaborações que sejam capazes de criar articulações internas à área, tendo em vista a importância de uma visão integrada para se construir uma abordagem que seja capaz de compreender a história do país e criar cenários possíveis para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do país. A participação dos docentes e discentes dos programas nas atividades das associações científicas da área PLURD pode ser uma forma de avançar no enfrentamento desse desafio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de pós-graduação cresceu significativamente nestas duas últimas décadas e promoveu o crescimento dos cursos, programas, docentes e discentes. O intuito deste fortalecimento era a constituição de uma base de ciência e tecnologia fortalecida por recursos públicos e que promoveria a diversificação da pesquisa, por meio das diversas áreas do conhecimento, e da consolidação por meio da formação de mestres e doutores. Esta política se fortaleceu especialmente de 2000 a 2015 e a partir de então vem sofrendo com a redução significativa de recursos, programas e com a instabilidade institucional. A mudança do sistema de avaliação é pertinente a processos de melhoria, porém a instabilidade institucional, com as trocas de comandos sucessivas e reduções dos recursos, criam um ambiente inseguro para um investimento que é de longo prazo.

O objetivo deste artigo foi avaliar a evolução recente da área de planejamento urbano e regional e demografia por meio do estabelecimento dos cursos, da constituição do corpo docente e da formação dos discentes e os resultados demonstram que o crescimento foi significativo, porém ainda é uma área nova e com muitos desafios.

Apesar do crescimento, o número de cursos ainda é relativamente pequeno se comparada a outras áreas e isso diminui a capacidade de articulação para propor as particularidades da área no sistema de avaliação, ainda mais em um contexto que busca a unificação, como o caso do Qualis, ao invés das especificidades.

A própria consolidação de três subáreas, ao invés de duas, incluindo desenvolvimento regional, torna as particularidades significativas e a importância relativa no sistema como um todo ainda menor se for observado por subárea. Por outro lado, a discussão de tais programas é essencial para a formação de mestres e doutores que compreendam as realidades nacionais e as especificidades locais com a busca de um sistema que possa articular a pesquisa com o próprio desenvolvimento regional. Neste contexto, a área se mostra relevante na formação de novos mestres e doutores, bem como na consolidação da pesquisa, contudo exige uma ação integrada de impacto regional com o fortalecimento dos resultados práticos da pesquisa para o desenvolvimento nos diversos Brasis (SILVA; BASSI, 2012).

Assim, a área compartilha o dilema do sistema de pós-graduação no que se refere a manter sua continuidade e representatividade para o fortalecimento da ciência e tecnologia. Aliado a isso, o próprio sistema de avaliação passa por mudanças significativas no quadriênio em avaliação, o que gera instabilidade tanto orçamentária quanto das regras estabelecidas. As mudanças são significativas e podem comprometer os avanços realizados no sistema de pós-graduação nestas últimas décadas, como também nos programas da área em questão. Por outro, é importante que a área busque se posicionar e criar alternativas para que as reflexões gerem

impactos socioeconômicos por meio dos egressos e da pesquisa desenvolvida, contudo frente ao dilema de não se ter recursos continuados para isso.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Agradecemos ao CNPq pelo recebimento de recursos que apoiaram o desenvolvimento desta pesquisa (processo 306960/2019-2).

REFERÊNCIAS

BARATA, R. C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Boletim Técnico do PPEC**, v. 2, n. 1, p. 17p.-17p., 2017.

BARATA, R. B. et al. The configuration of the Brazilian scientific field. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 86, p. 505-521, 2014.

CAPES. **Avaliações anteriores**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpg/permanencia/avaliacoes-antiores/avaliacoes-antiores>. Acesso em: 13 out. 2017.

CAPES. **GEOCAPES**: Sistema de Informações Georreferenciadas. Sistema de Informações Georreferenciadas. 2021. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 10 out. 2021.

CAPES. **Orçamento**: evolução em reais. Evolução em reais. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/orcamento-evolucao-em-reais>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CARMO, R. L.; SHIMODA, E. Análise da capacidade de discriminação de critérios da avaliação da Pós-Graduação na Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da Capes. **Redes**, v. 23, n. 2, p. 358-385, 2018.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 13 ed. USA: Pearson Education, 2011.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000.

GELINSKI, C. R. O. G. SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

HEIDEMANN, F.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise. Brasília: Editora Unb, 2009.

IBGE. **IPCA**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. 2021. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 08 dez. 2021.

JANUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

KRAFT, M. E.; FURLONG, S. R. **Public Policy**: politics, analysis, and alternatives. 3 ed. USA: CQ Press, 2010.

LOPES, A. (coord). **Políticas públicas para cidades sustentáveis**: integração intersetorial, federativa e territorial. Rio de Janeiro: IBAM, MCTIC, 2016.p. 1-86.

MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (Organizadores). **Universidade e território**: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Brasília: IPEA, 2022.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosangela; SANTOS, Andreia Mendes dos. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **Revista Katálysis**, v. 20, p. 175-183, 2017.

NOBRE, L. N.; FREITAS, R. R. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, p. 26-39, 2017.

PATRICIO NETTO, B.; RISSETE, C.; PUPPI- SILVA, H.; FARAH JUNIOR, M. F. Instrumentos de gestão pública. In: Christian Luiz da Silva; José Edmilson de Souza Lima. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 69-92.

RANDOLPH, R. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 11-11, 2013.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 24, p. 627-641, 2003.

SILVA, C. L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: Christian Luiz da Silva; Judas Tadeu Grassi de Mendes. (Org.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2005, v. 1, p. 11-40.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: Christian Luiz da Silva. (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2012, v. 1, p. 15-38.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*. n. 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

STALOCH, R.; ROCHA, I. O. Panorama dos programas de pós-graduação da área de planejamento urbano e regional e demografia: a lacuna nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 12, n. 2, p. 139-159, 2019.

THEIS, I. M.; GALVÃO, A. C. F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, nov. 2012, p. 55-69.

TREVISAN, Andrei P. BELLEN, Hans M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, 2008.